



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2018 PMV – PP – SRP

FINALIDADE: REGISTRO DE PREÇOS (DECRETO 7.892/2013)

1. PREÂMBULO

1.1. A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU**, por intermédio de sua pregoeira oficial **SRA. LARISSA HENRIQUES GOMES PASCOAL**, torna pública, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL PARA FINALIDADE DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, de conformidade com a Lei nº 10.520/2002 Decreto nº 3.555/2000, Lei 8.666/1993, Decreto nº 7.892/2013 e Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006.

1.2. As Propostas escritas de Preços deverão ser entregue no dia **28 de março de 2018**, às **15:00hs** na Sala de Comissão de Licitação, situada na Prefeitura Municipal de Viseu/PA, Sala da CPL.

1.3. Os envelopes contendo os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues a Pregoeira e Equipe de Apoio, no dia **28 de março de 2018**, às **15:00hs** na etapa de credenciamento.

2. DO OBJETO

Contratação de empresa para prestar os serviços de transporte escolar para atender a rede de ensino municipal e estadual do município de Viseu.

2.1. DA QUANTIDADE DE PRESTADORES DE SERVIÇOS A SEREM REGISTRADOS

Caso o primeiro colocado não disponha de condições de atender integralmente a necessidade da Administração, poderão ser registrados tantos Prestadores de serviços quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada para o item. Em todo o caso, a convocação desses licitantes remanescentes dependerá de sua expressa anuência em fornecer ao mesmo preço proposto pelo primeiro colocado.

Parágrafo primeiro. Quando da emissão das ordens de serviços (Anexo VII), deverá ser respeitada a ordem de classificação dos Prestadores de serviços constantes da Ata.

Parágrafo segundo. Os órgãos prestadores de serviços e não prestadores de serviços do registro de preços deverão, quando da necessidade de serviços, solicitar ao órgão gerenciador que indique o prestador de serviço a ser contratado.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente Pregão, a empresa que atender a todas as exigências deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação.

- A empresa participante deste certame deverá estar em pleno cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, podendo ser exigida a comprovação a qualquer tempo.

Não será admitida, neste Pregão, a participação de:

- Empresas que se encontre em regime de concordata ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública suspensa ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

- Empresas constituídas em consórcios e pessoas físicas.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

3.1.1. Também só poderá participar as empresas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, correndo por sua conta todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, não sendo devida nenhuma indenização às licitantes pela realização de tais atos.

3.2. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

- a) Que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- b) Que em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, seja controladora, coligada ou subsidiária entre si.
- c) Que, por quaisquer motivos, tenham sido declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na imprensa oficial ou registrado no SICAF, conforme o caso, pelo órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.
- d) Estrangeiras que não funcionem no País; e,
- e) Servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada ao órgão promotor da licitação, bem como, à empresa da qual o servidor seja gerente, administrador, sócio, dirigente ou responsável técnico.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. No início da sessão, cada empresa licitante poderá credenciar apenas um representante, o qual deverá identificar-se junto ao (a) Pregoeiro (a), apresentando a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente e comprovando, por meio de instrumento próprio, poderes para formulação de propostas (lances verbais), oferta de descontos e para a prática dos demais atos inerentes ao certame.

4.2. Se a empresa se fizer representar por procurador, faz-se necessário:

4.2.1. Procuração, através de outorga por instrumento público ou particular; neste último caso, com firma reconhecida em cartório. Tanto o instrumento público como o particular deverá conter menção expressa de que lhe confere amplos poderes, inclusive para formular ofertas e lances de preços, para recebimento de intimações e notificações, desistência ou não de recursos, bem como demais atos pertinentes ao certame.

4.2.2. Carta de Credenciamento com firma reconhecida (Anexo IV)

4.2.3. Cédula de Identidade do representante

4.2.4. Cartão de CNPJ

4.2.5. Ato constitutivo da empresa e alterações se houver para identificação daquele que outorgou os poderes ao seu representante.

4.2.6. Cédula de identidade do proprietário da empresa e sócios se houver.

4.2.7. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação (anexo V)

4.2.8. Declaração atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo VI deste instrumento.

4.2.9. Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 a 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

4.2.10. Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que possui ou não em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 42, de 04/06/2008.

4.2.11. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90). (anexo VI)

4.2.12. Que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. (anexo VI)

4.2.12.1. Declaração de ME/EPP e/ou Certidão Simplificada emitida pela a JUCEPA

4.3. Fazendo-se representar a licitante pelo seu sócio-gerente, diretor ou proprietário:

4.3.1. Cartão de CNPJ

4.3.2. Ato constitutivo da empresa e alterações se houver.

4.3.3. Cédula de identidade do proprietário e sócios se houver.

4.3.4. Declaração que cumpre os requisitos de habilitação (anexo V)

4.3.5. Declaração atestando a inexistência de fatos impeditivos, nos termos constantes do anexo VI deste instrumento.

4.3.6. Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que não possui em seu quadro de pessoal empregado (s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 14 a 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII da Constituição Federal.

4.3.7. Declaração, conforme modelo constante no anexo VI de que possui ou não em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de pessoas com deficiência, nos termos da Emenda Constitucional Estadual nº 42, de 04/06/2008.

4.3.8. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo/Legislativo exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90). (anexo VI)

4.3.9. Que cumpre os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar. (anexo VI)

4.3.9.1. Declaração de ME/EPP e/ou Certidão Simplificada emitida pela a JUCEPA

4.3.9.2. A não apresentação dos itens 4.3.9 e 4.3.9.1, impossibilitará o participante de usufruir dos direitos da Lei Complementar 123/2006.

4.4. Os documentos mencionados nos Itens anteriores, inclusive o documento de identificação do representante credenciado, deverão ser apresentados em fotocópias autenticadas ou fotocópias simples, acompanhadas dos respectivos originais, para a devida autenticação pela Equipe do Pregão que será realizada até o dia 28 de março de 2018.

4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte que optar por usufruir dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal 123/2006 deverá apresentar junto ao credenciamento:

4.5.1. Quando optante pelo SIMPLES nacional:

a) comprovante de opção pelo simples obtido no sítio da Secretaria da Receita Federal;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

b) declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006, conforme **anexo VI** deste edital.

4.5.2. Quando não for optante pelo SIMPLES nacional:

a) declaração de imposto de renda ou balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício – DRE, comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do art. 3 da LC 123/2006;

b) declaração de que não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar Federal 123/2006, conforme anexo VI deste edital.

4.6. Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante.

4.7. Iniciada a Sessão, será vedada a substituição do representante da empresa devidamente credenciado, ainda que esteja munido de instrumento procuratório com poderes específicos, salvo por caso fortuito ou força maior.

4.8. A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos itens **4.2. e 4.9.**, não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de se manifestar na apresentação de lances verbais, da negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recurso e demais fases do procedimento licitatório.

4.10. Os documentos de credenciamento deverão ser entregues no início da sessão separadamente de qualquer envelope, preferencialmente em pasta com grampo e numeradas sequencialmente.

5. RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

5.1. As Propostas escritas de Preços deverão ser entregues no dia 28 de março de 2018, devidamente lacrados, na Sala de Comissão de Licitação.

5.2. A reunião para recebimento dos envelopes e cadastramento das Propostas de Preços será pública, dirigida por um (a) Pregoeiro (a), em conformidade com este Edital e seus Anexos, na Prefeitura Municipal de VISEU, no dia **28 de março de 2018**, a partir das **10:00min**.

5.3. Declarada aberta à sessão pelo (a) Pregoeiro (a), o (a) (s) representante(s) da(s) Empresa(s) licitante(s) prestará (ão) os envelopes contendo os documentos de habilitação, não sendo aceita, a partir desse momento a admissão de novos licitantes.

5.4. O envelope da Proposta de Preços deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
PREGÃO Nº 008/2018 PMV – PP – SRP
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE:
DATA: 28 de março de 2018, às 15:30hs

5.5. O envelope dos Documentos de Habilitação deverá trazer expresso, em seu exterior, as seguintes informações:

ENVELOPE 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
PREGÃO Nº 008/2018 PMV – PP – SRP
RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:
Nº DO C.N.P.J. DO LICITANTE:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

DATA: 28 de março de 2018, às 15:00hs

5.6. Inicialmente, será aberto o Envelope 01 - Proposta de Preços, após na segunda fase, o Envelope 02 - Documentos de Habilitação.

5.7. A documentação será analisada assim que cada participante obtiver êxito no primeiro item.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em duas vias datilografada ou impressa, preferencialmente no Modelo de Formulário Padrão de Proposta (Anexo I), redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, sem emendas, sem rasuras ou entrelinhas devidamente datadas e assinadas na última folha e rubricadas nas demais pelo representante legal da licitante.

6.1.1. A proposta que não obedecer ao modelo do (anexo I), deverá obrigatoriamente conter todos os itens descritos abaixo sob pena de desclassificação.

6.2. Na Proposta de Preços deverão constar:

6.2.1. Razão social da licitante, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, fax para contato e endereço eletrônico (e-mail).

6.2.2. Prazo de eficácia da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de adjudicação da proposta;

6.2.3. Uma única cotação, com preço unitário, em moeda corrente nacional, expressos em algarismos, sem previsão inflacionária.

6.2.4. Indicação de banco, agência e conta, obrigatoriamente em nome da pessoa jurídica licitante.

6.2.5. A qualificação dos representantes legais responsável em receber as ordens de serviços do respectivo objeto constando o nome, estado civil, número da cédula de identidade e do CPF, Fone (fax) empresa, telefone celular se houver e e-mail o qual será enviado os pedidos.

6.3. O prazo de contratação será conforme o previsto no Contrato de Serviços, celebrado pela Prefeitura Municipal de Viseu através do responsável pela Secretaria Municipal de Educação, conforme **anexo VIII**, de acordo com a legislação vigente, com prazo de vigência a ser definido pela Administração.

6.4. A empresa contratada deverá fornecer os serviços dentro da sede do município após emissão de ordem de serviços pela Secretaria Municipal de Educação.

6.5. A contratada deverá providenciar os recursos necessários à execução de seus trabalhos.

6.6. Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos;

6.6. Quaisquer tributos, despesas e custos, diretos ou indiretos, omitidos da proposta ou incorretamente cotados que não tenham causado a desclassificação da mesma por caracterizar preço inexequível no julgamento das propostas, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou qualquer título, devendo os serviços ser fornecidos sem ônus adicionais;

6.7. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as especificações e exigências do presente Edital e de seus Anexos e que apresentem omissões, irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

6.8. Não é obrigatório ao licitante apresentar cotação para todos os itens.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

6.9. O (a) Pregoeiro (a) considerará como forma, erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

7. DO SERVIÇOS DO OBJETO

7.1. A forma de serviços será conforme a ordem de serviços, dentro de todas as normalidade e exigências da Prefeitura Municipal de VISEU.

7.2. Os serviços homologados poderão ser vistoriados e analisados a qualidade através de um laudo técnico emitido pelo órgão responsável se assim determinar conveniente à administração, sendo que a não aprovação resulta no cancelamento do registro com multas cabíveis a presente situação.

7.3. Por deliberação da Prefeitura Municipal de VISEU, somente será permitido o realinhamento dos Preços Registrados após 120 (cento e vinte) dias, corridos, contados da realização do pregão, desde que o produto tenha sofrido comprovadamente, alteração de preços num percentual mínimo de 10% (dez) por cento dos praticados no mercado, salvo deliberação da Prefeitura Municipal de VISEU – PA em contrário.

7.4. Os serviços deverão ser executados conforme ata de registro de preços.

7.5. Ato contínuo, a nota fiscal deverá OBRIGATORIAMENTE vir acompanhada da Ordem de serviços emitida pelo Departamento de Compras ou responsável legal da Secretária Municipal de Educação.

8. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo (a) Pregoeiro (a).

8.2. Abertos os envelopes, as propostas serão rubricadas pelo (a) Pregoeiro (a), equipe de apoio e licitantes credenciados.

8.3. Lido os preços, o (a) Pregoeiro (a) relacionará todas as propostas em ordem crescente.

8.4. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor, observadas os direitos de privilégio constante na Lei Complementar 123/2006.

8.5. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, o (a) Pregoeiro (a) classificará as 03 (três) melhores propostas, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam seus preços ofertados na proposta escrita.

8.6. Definido o menor preço, o mesmo deverá ser mantido pelos Prestadores de serviços vencedores até o próximo pregão, que estará habilitado a efetuar.

8.7. Poderá ser averiguada a qualidade dos serviços fornecidos através de inspeções realizadas de rotina, sob pena de cancelamento de serviços caso o resultado não seja vantajoso a esta administração.

8.8. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo (a) Pregoeiro (a), implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.9. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital.

8.10. Sendo aceitáveis as propostas de menor preço, serão abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação dos licitantes que a tiverem formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



8.11. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, desta feita, o preço acima do cotado no mercado não será aceito e o item será respectivamente fracassado.

8.12. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o (a) Pregoeiro (a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.13. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances verbais, a classificação final dar-se-á pela ordem crescente dos preços, observando-se, quando aplicável, a Lei Complementar nº. 123/2006.

8.14. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.15. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o (a) Pregoeiro (a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

8.16. Nas situações previstas nos subitens 8.11, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor, sendo que a Pregoeira não irá adjudicar de forma alguma item que esteja acima com o preço praticado no mercado, conforme prévia cotação pelo setor competente.

8.17. Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes, devendo a mesma, ao final, ser assinada pelo (a) Pregoeiro (a), pela equipe de apoio e pelos licitantes presentes; a estes, sendo-lhes facultado esse direito.

8.18. Havendo recusa de qualquer licitante em assinar a ata ou se retirar antes do término, este fato será registrado pelo (a) Sr. (a) Pregoeiro (a), presumindo-se concordância de tal licitante com todos os seus termos e conteúdo.

9. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos necessários e os locais, bem como os procedimentos e as instruções de preenchimento dos formulários para efetuar o registro no Cadastro, estão previstos neste edital.

9.2. As empresas interessadas deverão apresentar as seguintes documentações:

9.2.1. Relativos à Qualificação Técnica:

- a) Comprovação de que é adimplente com o município com os serviços do objeto, através de uma declaração fornecida pela Secretaria Municipal Administração com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias.
- c) Apresentar **Declaração Própria do Licitante**, que possui estrutura e veículos disponíveis, em conformidade com os prazos e exigências do edital e seus anexos;

9.2.2 - Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual.
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- b.1) os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



e) cedula de identidade do proprietário e dos respectivos sócios se houver.

9.2.3 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta), Estadual (Tributário e Não Tributária) e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;

a.1) faz parte da prova de regularidade para com a Fazenda Federal, a Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Nacional.

a.2) preferencialmente a certidão Estadual Tributária e não Tributária deverão vir acompanhadas de sua autenticidade emitidas um dia anterior a licitação pelo site da SEFA a fim de agilizar o andamento, caso contrário o (a) Pregoeiro (a) suspenderá o certame até que se verifique as devidas autenticidades.

b) prova de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) emitido pelo site da Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

c) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho emitida pelo site (www.tst.jus.br).

9.2.4 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta. O balanço deverá ser registrado na Junta Comercial e vir acompanhado do DHP do contador emitido pela internet na sua devida validade no momento da elaboração do Balanço Patrimonial.

b) certidão de Falência e Concordata emitida pelo Fórum com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

9.3 Os Prestadores de serviços deverão apresentar declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, sob as penalidades cabíveis, de que:

- Os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações, condições, locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados;
- Não se encontra declarada inidônea para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;
- Declaração que não existe em seu quadro de empregados, servidores públicos exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão;
- Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, na forma do Art. 32, § 2º, da Lei 8.666/93 (conforme modelo anexo);

No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

- Declaração que não possui em seu quadro de pessoal, empregado(s) com menos de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, menores de 16 anos, em qualquer trabalho, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal e art. 27, V, da Lei 8666/93. (conforme modelo anexo).

A falta de qualquer documentos e declarações relacionados acima resultarão da desclassificação do participante no certame.

- Declaração que não possui ou possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008);



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



publicada em 11.06.2008), em função de **possuir menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.

- A falta de qualquer documentos e declarações relacionados acima resultarão da desclassificação do participante no certame.
- Os documentos exigidos em qualquer fase do certame, que constem em outra serão facultados.

10. PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA (ME) e EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

10.1. Nos termos dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, as microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. Eventual interposição de recurso contra a decisão que declara o vencedor do certame não suspenderá o prazo supracitado.

10.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 10.1.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar para nova sessão pública os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para contratação, ou revogar a licitação.

10.3. Será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada e desde que a melhor oferta inicial não seja de uma microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.4. Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

10.4.1 A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

10.4.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 10.4.1, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.3, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

10.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontre no intervalo estabelecido no subitem 10.3, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.4.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.4.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

11. IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

11.1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

11.2. As solicitações de esclarecimentos, de providências ou as impugnações do presente edital deverão ser



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

protocoladas na Comissão Permanente de Licitação no prazo não inferior a 02 (dois) dias anteriores à data fixada para recebimento das propostas.

11.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, devendo-se cumprir o devido prazo legal.

11.4. Até 02 (dois) dias úteis, antes das datas fixadas para recebimento das propostas, os licitantes poderão solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital.

11.5. Caberá a (o) Pregoeiro (a) decidir sobre a petição no prazo de 24 horas (vinte e quatro horas).

11.6. Acolhida a Petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

12. RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo (a) Pregoeiro (a) ao vencedor.

12.3. O recurso contra decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

12.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.5. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.6. Os autos dos procedimentos permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal.

13. DA VIGÊNCIA

13.1. - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no flanelógrafo da Prefeitura Municipal ou Diário Oficial.

13.2. - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de serviços (Anexo IV), e como termo final o recebimento definitivo do objeto pela Administração, observado os limites de prazo de entrega fixados neste edital.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

DAS OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇO E PENALIDADES

Os serviços oferecidos pelo prestador de serviço deveram atender:

14.1. Ao disposto no padrão de identidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Prefeitura Municipal.

14.2. Os preços adjudicados no pregão para registro de preço.

14.3. O cronograma de entrega definido pela Ordem de Serviços.

14.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de prestar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o estado pelo prazo de até cinco anos e, se for o caso, será descredenciado da Planilha de Prestadores de serviços por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente na forma da lei.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

14.5. O prestador de serviço advertido pela Prefeitura Municipal de Viseu/Pa, e que continuar praticando venda do objeto acima do preço registrado, ou fora dos padrões de qualidade, ou não cotados na planilha de preços acordados com a Prefeitura Municipal de Viseu/Pa, será desclassificado e impedido de realizar qualquer venda à prefeitura por um período de 12(doze) meses.

14.6. O não cumprimento do cronograma de entrega do objeto em tempo previamente estabelecido pela administração implicará na suspensão de seu credenciamento do programa por um período de 12(doze) meses.

14.7. O prestador de serviço que não emitir as Notas fiscais com a especificação as unidades de medida dos serviços condizente com aquelas apresentadas na Planilha de Preços, implicará em suspensão por 12(doze) meses.

14.8. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, a Prefeitura poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, mediante instauração de processo para averiguação pela Prefeitura Municipal de Viseu.

14.9. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Prefeitura Municipal de Viseu.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Exercício: 2018

12.361.0018.2.023 APOIO AO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR-FNDE

12.361.0018.2.024 APOIO AO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR-ESTADO

12.361.0018.2.027 APOIO AO ENSINO FUNDAMENTAL 40%

12.362.0018.2.028 APOIO AO ENSINO MÉDIO

12.365.0022.2.029 APOIO AO ENSINO INFANTIL 40%

12.361.0019.2.031 MANUTENÇÃO E AQUISIÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

16. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINAR A ATA

16.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16.2. Após a homologação referida no item anterior, os licitantes classificados serão convocados para assinarem a Ata de Registro de Preços no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

a) Para fins de formalização da Ata de Registro de Preços, deverá ser respeitada e especificada a ordem de classificação do certame e a quantidade de Prestadores de serviços a serem registrados.

16.3. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

16.4. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar a ata de registro de preços ou recusar-se a receber a ordem de serviços emitida pelo órgão requisitante dos serviços, deixar de prestar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, será descredenciado, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

17. PAGAMENTO

17.1. Pela execução dos serviços contratados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA em até 30 dias após a nota de empenho.

17.2. O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de transferência bancária diretamente na conta da empresa contratada, vedada transferências para outras contas.

17.3. O pagamento somente será efetuado mediante:

- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, através de Certidões expedidas pelos órgãos competentes, que estejam dentro do prazo de validade expresso na própria certidão, composta de: Certidão de Quitação de Tributos Federais, neles abrangidos as contribuições sociais, administrados pela Secretaria da Receita Federal; Certidão Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional-Ministério da Fazenda; Certidão expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal e Certidão Expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;
- b) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (art. 27, a, Lei nº 8.036/90), através da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Prova de situação regular perante o Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal), através da apresentação da CND – Certidão Negativa de Débito.
- d) Prova de situação regular perante o Tribunal Superior do Trabalho (Lei nº 12.440/11)

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. É facultada ao (a) Pregoeiro (a) ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

18.2. A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

18.2.1. A anulação do procedimento induz à do contrato.

18.2.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18.3. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e ao Órgão não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.4. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será redesignada para o dia, hora e local definidos, e novamente publicados na Imprensa Oficial.

18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do "vencimento". Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente normal da Prefeitura Municipal de Viseu/PA.

18.7. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

18.8. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.
(Decreto 7.892/2013 – Artigo 16)

18.9. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser encaminhado, por escrito, ao (a) Pregoeira.

18.10. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.11. Aos casos omissos aplicam-se as disposições constantes da Lei 10.520/2002, da Lei 8.666/93 e o Decreto nº 7.892/2013.

18.12. São partes integrantes deste Edital:

- a) **ANEXO I** - Proposta de Preços;
- b) **ANEXO II** – Relação de Rotas;
- c) **ANEXO III** - Atestado de Capacidade Técnica;
- d) **ANEXO IV** - Minuta de Carta de Credenciamento;
- e) **ANEXO V** – Declaração de requisitos de habilitação;
- f) **ANEXO VI** – Modelo de Declaração;
- g) **ANEXO VII** – Minuta Ata do Registro de Preços
- h) **ANEXO VIII** – Ordem de Serviços

Viseu (PA), 15 de Março de 2018.


Larissa Henriques Gomes Pascoal
Pregoeira



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS

(papel timbrado da empresa)

Licitação: nº 008/2018 PMV-PP-SRF

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL**

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Consumidor: **Secretaria Municipal de Educação.**

Licitante: _____

CNPJ: _____

Tel Fax: () _____ Celular: () _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Conta Corrente: _____ Agência: _____ Banco: _____

Item	Descrição	Km/Dia ou Diária	Média/Dias Trabalhados	Valor Km ou Diária	Valor Mensal	V. Total do Período
------	-----------	------------------------	---------------------------	-----------------------	-----------------	------------------------

Data: _____

Validade da proposta: ____ Dias

Prazo de Entrega: _____

Dados do receptor das ordens de serviços:

Nome: _____

CPF: _____

Telefone (FAX): _____

Celular: _____

Email: _____

Nome do representante: _____

CPF: _____

Assinatura do representante legal: _____

OBS: Deverá constar nesta proposta todas as despesas e encargos bem como: Imposto Tributário.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO II
RELAÇÃO DE ROTAS

POLO SEDE								
Nº DE ORDEM	TURNO	ROTAS	TRANSP.	KM	KM	VALOR MENSAL	VALOR KM	VALOR TOTAL ANUAL
				DIÁRIO	MENSAL			
1	NOITE	NOITE: Maratáuina/ João Grande/ Viseu.	ÔNIBUS	40	880			
2	MANHÃ / NOITE	MANHÃ: Juçaral/ Pimenta/ Maratáuina / Pirateua/ Sede. NOITE: Pirateua / João Grande / Mirim / Sede.	ÔNIBUS	120	2.640			
3	TARDE/ NOITE	TARDE: Sede / Chapada/ Mocambo/ Toledo/ Fazenda Real/ Sede. NOITE: Sede / Chapada/ Mocambo/ Toledo/ Fazenda Real/ Sede.	ÔNIBUS	70	1.540			
4	MANHÃ	MANHÃ: Viseu / Fazendinha / Vila Nova Juçaral / Viseu	ÔNIBUS	72	1.584			
5	TARDE/ NOITE	TARDE: Levada/Cajueiro/Itamixila / Piquiateua. NOITE: Piquiateua/Itamixila/3.Vista/Cajueiro/C. Novo/Pombal/Biteua/Bacuri/Viseu.	ÔNIBUS	119	2.618			
6	TARDE	TARDE: TAMICHILA, CARANÁ, PIQUIATEUA, LEVADA, BOA VISTA, POMBAL, CEDRAL, BITEUA, JATOBA, CHAPADA/SEDE	ÔNIBUS	72	1.584			
7	TARDE	Tarde: Taperebateua/Itacupira/Bom Bom	BARCO	82	1.804			
TOTAL				575	12.650			
POLO LIMONDEUA								
1	MANHÃ / INTER M/TARDE/NOITE	MANHÃ: Itabiri / Bacuri I e II/ Sta Rosa / Fazenda Real. INTERM: Itabiri / Bacuri I e II/ Sta Rosa / Fazenda Real. TARDE: Itabiri / Bacuri I e II/ Sta Rosa / Fazenda Real. NOITE: Itabiri / Bacuri I e II/ Sta Rosa / Fazenda Real.	KOMBI	105	2310			
2	MANHÃ	MANHÃ: Toledo / Limondeua.	M. ÔNIBUS	76	1672			
3	MANHÃ / TARDE	MANHÃ: Limondeua/ Fazenda Real/ Bacuri/ Itabiri/ Mirim/ Biteua/ Cedral/ Pombal/ Boa Vista/ Centro Novo. TARDE: Centro Novo/ Boa Vista/ Pombal/ Cedral/ Biteua/ Bacuri/ Jatobá/ Mocambo/ Toledo/ Limondeua. TARDE: Centro Novo/ Boa Vista/ Pombal/ Cedral/ Biteua/ Bacuri/ Jatobá/ Mocambo/ Toledo/ Limondeua. TARDE: Centro Novo/ Boa Vista/ Pombal/ Cedral/ Biteua/ Bacuri/ Jatobá/ Mocambo/ Toledo/ Limondeua.	ÔNIBUS	73	1606			
4	MANHÃ / TARDE / NOITE	RIO VERMELHO / MIRIM		60	1320			
TOTAL				314	5588			
POLO MARATAÚNA								
2	TARDE/ NOITE	TARDE: Fazendinha/Pimenta / Maratáuina. NOITE: Fazendinha/ Pimenta / Maratáuina.	M. ONIBUS	88	1936			
3	MANHÃ / TARDE	MANHÃ: Tauari / Faz. Sat. Maria/ Curva / Ilha Danta/ Faz. Ema / Faz Albenço. TARDE: Tauari /Pe. Josimo. / Curva	KOMBI	118	2596			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOTAL				206	4.532			
POLO CURUPAITI								
1	TARDE	TARDE: Itambá /Tipitinga/ Poeirão/ Taboca Grande/ Taboquinha/ Buçuquara/ Peritoró Grande/ Peritoró/ para Curupaiti.	ÔNIBUS	123	2706			
2	TARDE	TARDE: Mariana / Br. 308/ Fazenda do Luizinho/Fazenda Urucum / Ramal da Curtiç/Curupaiti.	ÔNIBUS	77	1694			
3	NOITE	NOITE: Itambá/Tipitinga/Poeirão/Taboca Grande/Taboquinha/Buçuquara/Peritoro Grande/Peritoro/Curupaiti	ÔNIBUS	120	2640			
4	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Sítio Zé Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/ Ramal do Sapo para Tatajuba. TARDE: Sítio Zé Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/ Ramal do Sapo para Tatajuba.	KOMBI	124	2728			
5	MANHÃ /INTERM/TARDE	MANHÃ: Vila Nova Taboquinha / Sítio Pinheiro para Taboquinha. INTERMEDIARIO: Vila Nova Taboquinha para Taboquinha TARDE: Poeirão / Vila Nova Itambá / Taboca Grande/ Rio Timbozal / Vila Nova Taboquinha/ Buçuquara para Taboquinha.	KOMBI	86	1892			
6	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Taboca Grande/ Ramal do Boi/ Vila Nova Itambá/ para Poeirão TARDE: Poeirão / Vila Nova Itambá / Taboca Grande/ Rio Timbozal / Vila Nova Taboquinha/ Buçuquara para Taboquinha.	KOMBI	107	2354			
7	TARDE	TARDE: Carrapatinho/ Jacamim/ Piquioira/ Cumaru/ para Curupaiti.	M. ÔNIBUS	77	1694			
8	NOITE	NOITE: Carrapatinho/Jacamim/Piquioira/Camaru/ para Curupaiti	ÔNIBUS	77	1694			
9	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Tauari/ Curva/ Piquioira/ Cumaru/ Curupaiti. TARDE: Tauari/ Curva/ Bastião/ Curupaiti. NOITE: Tauari/ Bastião/ Piquioira/ Curupaiti.	KOMBI	172	3784			
10	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Ramal da Fazenda Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho. TARDE: Ramal da Fazenda Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho. NOITE: Ramal da Fazenda Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho.	ÔNIBUS	84	1848			
11	TARDE/ NOITE	TARDE: Peritoro/Br 308 NOITE: Peritorozinho/Curupaiti para Curupaiti	KOMBI	90	1980			
12	MANHÃ /INTERM/TARDE	MANHÃ: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha INTERMEDIARIO: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha TARDE: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha	KOMBI	90	1980			
13	TARDE	TARDE: Buçuquara/ Peritoro Grande/Outeiro para Curupaiti	ÔNIBUS	75	1650			
14	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Sítio Ze Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/Ramal do Sapo para Tatajuba TARDE: Sítio Ze Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/Ramal do Sapo para Tatajuba	KOMBI	130	2860			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

15	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Porto/Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho. TARDE: Porto/Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho. NOITE: Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho	KOMBI	45	990			
16	MANHÃ /TARDE/ e NOITE	CARACAS / CURUPAITI	BARCO	40	880			
TOTAL				1.517	33.374			
POLO LAGUINHO								
1	NOITE	NOITE: Ita-açu / Laguinho	ÔNIBUS	26	572			
2	NOITE	NOITE: São Jose do Piria/ Laguinho	ÔNIBUS	28	616			
3	MANHÃ	MANHÃ: Firmiana/ Boca da Firmiana/ Acara/ para Laguinho.	ÔNIBUS	48	1056			
4	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Porto da Femiana/Fermiana NOITE: Porto da Femiana/Fermiana	PALIO	20	440			
5	MANHÃ	MANHÃ: Vai Quem Quer / Valentim/ Mamaú/ para Boca do Vai Quem Quer.	CELTA	24	528			
TOTAL				146	3.212			
POLO FERNANDES BELO								
1	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Ilha Grande/ para Fernandes Belo. TARDE: Ilha Grande/ para Fernandes Belo. NOITE: Ilha Grande/ para Fernandes Belo.	KOMBI	48	1056			
2	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHA: Fernandes Belo/Açaiteua TARDE: Açaiteua/Fernandes Belo NOITE: Fernandes Belo/Laguinho	PALIO	50	1100			
3	MANHÃ	MANHA: Caranã de Basília/ para Basília.	KOMBI	18	396			
TOTAL				116	2.552			
POLO AÇAITEUA								
1	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHA: São Miguel/ Cumarú/ Canoa Queimada/ para Centro Alegre TARDE: São Miguel/ Cumarú/ para Centro Alegre NOITE: São Miguel/ Cumarú/ para Centro Alegre	ÔNIBUS	69	1518			
2	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre TARDE: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre NOITE: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre	KOMBI	24	528			
3	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Jutai/ Centro Alegre/ Cabeceira/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua NOITE: Jutai/ Centro Alegre/ Cabeceira/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua	ÔNIBUS	52	1144			
4	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Ressaca/ Campo Poreis/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua TARDE: Ressaca/ Campo Poreis/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua	ÔNIBUS	38	836			
5	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Caranã de Basília / Basília/ Braço Verde / Açaiteua NOITE: Caranã de Basília / Basília/ Braço Verde / Açaiteua	ÔNIBUS	40	880			
6	TARDE	TARDE: Caranã de Basília / Basília.	ÔNIBUS	20	440			
7	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Poeirão /para Boca da Cibrasa. TARDE: Poeirão /para Boca da Cibrasa. NOITE: Sitio São José/ Campo do Pau Reis/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua	KOMBI	42	924			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

8	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Porto de Açaiteua / Dária Lima - Açaiteua. TARDE: Porto de Açaiteua / Dária Lima - Açaiteua. NOITE: Peirão para Açaiteua	KOMBI	62	1364			
9	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Ramal do Mucura/Maracana Para Boca da Cibrasa TARDE: Ramal do Mucura Para Boca da Cibrasa/Açaiteua	KOMBI	54	1188			
10	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Santo André / para Jutai. TARDE: Santo André / para Jutai.	FORD K	18	396			
11	MANHÃ E NOITE	ITAPIXUNA / AÇAITEUA	KOMBI	20	440			
TOTAL				439	9658			

POLO VILA CARDOSO

1	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Paca/ Aningal/ para Mariana. NOITE: Paca/ Aningal/ para Mariana.	EMBARC AÇÃO	16	352			
2	NOITE	NOITE: São José do Gurupí/ para Vila Cardoso	M. ÔNIBUS	70	1540			
3	TARDE/ NOITE	TARDE: Jibóia/ Canoa de Baixo/ Olho d'água/ Tarol/ Canoa de Cima/ Inaiquara/ Campo Alegre/ para Vila Cardoso. NOITE: Jibóia/ Canoa de Baixo/ Olho d'água/ Parada Santa Rosa/ Canoa de Cima/ Inaiquara/ Campo Alegre/ para Vila Cardoso.	ÔNIBUS	204	4488			
4	NOITE	NOITE: Mariana/Igarapé de Areia/Vila Nova/Pacu/Vila Cardoso.	ÔNIBUS	67	1474			
5	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/ Fazenda Leite Puro/ Fazenda Juruá/ para Vila Cardoso. TARDE: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/ Fazenda Juruá/ para Vila Cardoso. NOITE: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/Fazenda Ouro Fino/ para Vila Cardoso.	KOMBI	96	2112			
6	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Fazenda Leite Puro/Fazenda Juruá para Vila Cardoso. TARDE: Fazenda Juruá/Fazenda Ouro Bonito/Gemedor/ para Vila Cardoso. NOITE: Fazenda Ouro Bonito/Gemedor/ para Vila Cardoso.	KOMBI	120	2640			
7	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Tarol/Campo Alegre para Vila Cardoso. TARDE: Mariana/Igarapé de Areia/Vila Nova/Pacu/Vila Cardoso.	M. ÔNIBUS	97	2134			
8	NOITE	NOITE: Ramal da Mariana/ Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana.	ÔNIBUS	48	1056			
9	TARDE	TARDE: Pacu/Igarapé de Areia/Vila Nova para Mariana	ECOSPOR T	37	814			
10	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana. TARDE: Ramal da Mariana/ Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana.	ÔNIBUS	96	2112			
TOTAL				851	18.722			

POLO KM 74

1	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: KM 81 para Km 74. TARDE: KM 69/Fazenda Bom Jesus/ para Km 74	KOMBI	84	1848			
2	TARDE	TARDE: Taboca / km 74/ Km 69 / Km 74	KOMBI	60	1320			
3	TARDE	TARDE: Colônia do Piquiá / São Domingo Peritoró / Ramal Bem Tiv. / Trav Sapucaia / Sapucaia I	M. ÔNIBUS	85	1870			
4	TARDE	TARDE: Fazenda Citrama para Sapucaia	KOMBI	60	1320			



ESTADO DO PARÁ
PRE FEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

TOTAL				289	6.358			
POLO JAPIM								
1	NOITE	NOITE: Braço Grande/ Piriáúna/ para Japim.	ÔNIBUS	46	1012			
2	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Novo Estirão / Sete Ilhas / para Japim. NOITE: Novo Estirão / Sete Ilhas / para Japim.	ÔNIBUS	48	1056			
3	NOITE	NOITE: Faveiro / Igarapé de Pedra / Braço Grande / Timbozal / para Japim.	ÔNIBUS	80	1760			
4	NOITE	NOITE: Vila Nova Piquiá / Portão do Mege / para Japim.	ÔNIBUS	40	880			
5	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Ramal do Japiim / Ramal do Cristal para Timbozal. TARDE: Ramal do Japiim para Timbozal. NOITE: Ramal do Japiim para Timbozal.	KOMBI	68	1496			
6	MANHÃ	MANHÃ: Piriáúna / Braço Grande / para Japim	ÔNIBUS	64	1408			
7	MANHÃ	MANHÃ: Est. da Vila Nova Piquiá / para Japim	KOMBI	60	1320			
8	MANHÃ	MANHÃ: Ramal do Sete Ilhas / para Japim.	KOMBI	24	528			
9	TARDE/ NOITE	TARDE: Igarapé de Pedra / Ramal do Cristal para Timbozal. NOITE: Igarapé de Pedra / Ramal do Cristal para Timbozal	M. ÔNIBUS	72	1584			
10	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Assentamento/ para Vila Nova Piquiá TARDE: Assentamento/ para Vila Nova Piquiá	KOMBI	63	1386			
11	MANHÃ	MANHÃ: Pirucaua para Vila nova Piquia	KOMBI	40	880			
12	TARDE	TARDE: Ramal do Bueto/ Ramal do Nego Verissimo para Vila Nova Piquia	KOMBI	28	616			
TOTAL				633	13.926			
POLO CRISTAL								
1	MANHÃ	MANHÃ: Ramal do Pedão / Ramal do Augusto para Cristal	M. ÔNIBUS	46	1012			
2	TARDE	TARDE: Guajara Cristal/Vila Leal/Vila dos Silva/Sete Barracas para Cristal	VAN	94	2068			
3	NOITE	NOITE: Guajara Cristal/Pedão/Vila Leal/Vila dos Silva/Sete Barracas para Cristal	ÔNIBUS	94	2068			
TOTAL				234	5.148			
TOTAL GERAL								



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



ANEXO III

(papel timbrado do emitente do atestado)

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

_____ atesta para os devidos fins que a Empresa
_____, com sede na _____, prestou/presta os
serviços abaixo relacionados, sendo cumpridora dos prazos e termos firmados na contratação, não havendo contra a
mesma, nenhum registro que a desabone.

Relação dos serviços prestados:

Local e Data

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO IV
(papel timbrado da licitante)

Minuta de Carta de Credenciamento

À
Prefeitura Municipal de Viseu
REF.: EDITAL DE PREGÃO.
Nº 008/2018 PMV-PP-SRP

Indicamos o (a) Senhor (a) _____, portador da cédula de identidade nº _____, Órgão expedidor _____, como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar a documentação de HABILITAÇÃO e das PROPOSTAS, manifestar, dar lances, prestar todos os esclarecimentos a nossa Proposta, interpor recursos, desistir de prazos e recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente Credenciamento.

Local e data

Atenciosamente

Representante Legal da Empresa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO V - Modelo

(papel timbrado da licitante)

Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação

Em atendimento ao previsto no edital de **PREGÃO nº 008/2018 PMV PP-SRP**, DECLARO (A) (MOS), que temo (s) conhecimento e cumpro (imós) plenamente os requisitos de habilitação e atendo (emos) a todas as exigências do Edital, tendo assim condições para participação no presente certame.

Observação: Em caso de ME ou EPP, deve ser citada nesta declaração.

Local e data

Assinatura e carimbo
(representante legal)



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VI
(papel timbrado da licitante)

Modelo da Declaração (Empregador Pessoa Jurídica)

À

Prefeitura Municipal de Viseu

Ref : EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS.
Nº. 008/2018 PMV-PP-SRP TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

(Nome da Empresa) _____, CNPJ Nº _____, sediada na Rua _____
_____, nº _____, bairro, _____, CEP _____ Município _____, por seu
representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão **008/2018 PMV-PP-SRP**,
DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

2. Não possui em seu quadro de pessoal servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art 9º da Lei 8666/93 e inciso X, da Lei Complementar nº 04/90),

3. Inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, na forma do § 2º, art. 32, da Lei nº 8.666/93;

4. Estamos cientes e concordamos com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

5. () Declaro, sob as penas da Lei, que cumpro os requisitos estabelecido no Art. 3º Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, em seu Art. 34, que essa Empresa/Cooperativa **está apta** a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

6. () Declaro, sob as penas da Lei, que nossa empresa não está enquadrada no tratamento favorecido às ME/EPP.

7. DECLARA para os devidos fins que **não** possui em seu quadro de empregados um percentual mínimo de 5% de pessoas portadoras de deficiência de acordo com o disposto no art. 28, §6º da Constituição do Estado do Pará (EC nº 0042/2008, publicada em 11.06.2008), em função de **possuir menos de 20 (vinte) funcionários** em seu quadro de pessoal.

Obs.: No caso de micro-empresa e empresa de pequeno porte que, nos termos da LC 123/2006, possuir alguma restrição na documentação referente à regularidade fiscal, esta deverá ser mencionada, como ressalva, na supracitada declaração.

Local, ____/____/____

Assinatura do representante legal sob carimbo

RG:

CPF:

CNPJ da empresa:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VII
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº ____/2018- PMV

Pregão nº 008/2018 PMV-PP-SRP

Pelo presente instrumento, **O MUNICÍPIO DE VISEU**, por intermédio da **PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU - PA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **14.873.618/0001-17**, com sede na Rua Dr. Lauro Sodré - Centro, Viseu - PA, representada legalmente pelo excelentíssimo Prefeito Municipal, brasileiro, residente e domiciliado em Viseu, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob nº. **008/2018 PMV-PP-SRP**, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei Federal nº. 10.520/2002, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1- DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços que objetiva a Contratação de Empresa para os Serviços de Transporte Escolar para atender a rede Municipal e Estadual de ensino conforme o Anexo II do Edital de Registro de Preço nº 008/2018 PMV-PP-SRP, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelas licitantes classificadas.

CLÁUSULA SEGUNDA

2- DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo VII - A, e nele estão inclusos todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, serviços, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na cláusula terceira deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal nº. 8.666/93, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de serviços em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA

3- DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) Convocar o prestador de serviço visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) Frustrada a negociação, liberar o prestador de serviço do compromisso assumido;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

c) Convocar os demais Prestadores de serviços para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o prestador de serviço, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

Liberar o prestador de serviço do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de serviços;

a) Convocar os demais Prestadores de serviços para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 – Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4 – Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 – A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração de seus encargos.

3.5.1 – Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 – Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 – Não será concedida a revisão quando:

- a) Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;
- b) O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;
- c) Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;
- d) A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.5.4 – Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Prefeitura Municipal de VISEU, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

CLÁUSULA QUARTA

4- DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o prestador de serviço:

- a) não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;
- b) não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

d) incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

4.1.2 – Pelo prestador de serviço, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 – O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos Prestadores de serviços, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do prestador de serviço, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo prestador de serviço, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

CLÁUSULA QUINTA

5- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos **Serviços prestados**; até o trigésimo dia útil após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - O pagamento far-se-á por meio de transferência bancária na conta do contratado.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente o estabelecido na Lei nº 4.320/64 e alterações posteriores;

5.6 - Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.

5.7 - A eventual inadimplência de um dos órgãos prestadores de serviços desta Ata não produzirá efeitos quanto aos demais.

5.8 - A Nota Fiscal deverá vir acompanhada da Certidão de INSS, FGTS e Trabalhista sob pena de não recebimento.

CLÁUSULA SEXTA

6- DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 12 meses, contado do dia posterior à data de sua publicação no Flanelógrafo da Prefeitura Municipal.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de serviços (Anexo VIII), e como termo final o recebimento definitivo dos Serviços prestados pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



CLÁUSULA SÉTIMA

7- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de serviços.

Exercício: 2018

12.361.0401.2.022 – Manutenção do Transporte Escolar

12.361.0401.2.026 – Manutenção das Atividades Financiadas Sal. Educação – QSE

12.361.0416.2.058 – Manutenção do Ensino Fundamental 40%

12.361.0416.2.060 – Manutenção do Transporte Escolar

12.365.0416.2.062 – Manutenção do Ensino Infantil 40%

12.367.0417.2.079 – Manutenção do Ensino Especial 40%

CLÁUSULA OITAVA

8- DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE SERVIÇOS

8.1 - A emissão da Ordem de Serviços constitui o instrumento de formalização da aquisição com os Prestadores de serviços, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.2 - Quando houver necessidade dos Serviços prestados por algum dos órgãos prestadores de serviços da Ata, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para receber a ordem de serviços no prazo de até 02 (dois) dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a receber a ordem de serviços ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de serviços ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer Serviços prestados ao preço e nas mesmas condições da primeira colocada, observada a ordem de classificação.

CLÁUSULA NONA

9- DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS.

9.1 - Os serviços serão executados conforme cronograma fornecido pela Secretaria Municipal de Educação.

9.3 - A Administração Contratante designará, formalmente, o servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo recebimento dos Serviços prestados, por meio de termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos desse contrato e pela atestação provisória e/ou definitiva dos mesmos em até 05 (cinco) dias consecutivos.

CLÁUSULA DÉCIMA

10- DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

10.1 - Compete à Contratada:

- a) prestar os Serviços de acordo com as condições e prazos propostos e fornecer - los dentro do período estipulado;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII, do artigo 55, da Lei Nº 8.666/93 e alterações;

10.2 - Compete à Contratante:

- a) Efetuar o pagamento do preço previsto na cláusula segunda, nos termos deste instrumento;
- b) definir a forma da prestação dos serviços;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do parágrafo 8º do art. 15 da Lei nº 8.666/93) responsável pelo acompanhamento e fiscalização na entrega dos Serviços prestados adquiridos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11- DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 – O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

11.1.1 – Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;

11.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do objeto;

11.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 11.2 deste edital e na Lei Federal nº. 8.666/93;

11.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) Multa compensatória por perdas e danos, no montante de 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) Impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, Direta ou Indireta, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de prestar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea “c”.

§ 1º. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”; “d” e “e” deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea “b”).

§ 2º. Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas “c”, “d” e “e”, a autoridade competente submeterá sua decisão ao Prefeito Municipal, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Municipal.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

§ 3º. Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Prefeito Municipal, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

§ 4º. Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF.

11.3 – As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do artigo 110 da Lei Federal nº. 8666/93;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei Federal nº. 8.666/93;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Assessoria Jurídica.

11.4 – Os montantes relativos às multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

11.5 – Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

11.6 – Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em favor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12- DA RESCISÃO

A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos artigos 78 e 79 da Lei nº 8.666/93, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13- DOS ADITAMENTOS

A presente Ata poderá ser aditada, estativamente, nos termos previstos na Lei nº 8.666/93, após manifestação formal da CONTRATANTE.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14- DOS RECURSOS

Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15- DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato será acompanhada pelo (a) Secretaria Municipal de Educação, designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16- DO FORO

Fica eleito o foro de Viseu - PA, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em três vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

Viseu - PA, __ de ____ de 2018.

Prefeitura Municipal de Viseu
CONTRATANTE

CONTRATADO





ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2	TARDE/ NOITE	TARDE: Fazendinha/Pimenta / Marataúna. NOITE: Fazendinha/ Pimenta / Marataúna.	M. ONIBUS	88	1936			
3	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Tauari / Faz. Sat. Maria/ Curva / Ilha Danta/ Faz. Ema / Faz Alberco. TARDE: Tauari /Pe. Josimo. / Curva	KOMBI	118	2596			
TOTAL				206	4.532			
POLO CURUPAITI								
1	TARDE	TARDE: Itambá /Tipitinga/ Poeirão/ Taboca Grande/ Taboquinha/ Buçuquara/ Peritoró Grande/ Peritoró/ para Curupaiti.	ÔNIBUS	123	2706			
2	TARDE	TARDE: Mariana / Br. 308/ Fazenda do Luizinho/Fazenda Urucum / Ramal da Curtiç/Curupaiti.	ÔNIBUS	77	1694			
3	NOITE	NOITE: Itambá/Tipitinga/Poeirão/Taboca Grande/Taboquinha/Buçuquara/Piritoro Grande/Peritoro/Curupaiti	ÔNIBUS	120	2640			
4	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Sítio Zé Caneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tica/ Ramal do Sapo para Tatajuba. TARDE: Sítio Zé Caneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tica/ Ramal do Sapo para Tatajuba.	KOMBI	124	2728			
5	MANHÃ /INTER M/TARDE	MANHÃ: Vila Nova Taboquinha / Sítio Pinheiro para Taboquinha. INTERMEDIÁRIO: Vila Nova Taboquinha para Taboquinha TARDE: Poeirão / Vila Nova Itambá / Taboca Grande/ Rio Timbozal / Vila Nova Taboquinha/ Buçuquara para Taboquinha.	KOMBI	86	1892			
6	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Taboca Grande/ Ramal do Boi/ Vila Nova Itambá/ para Poeirão TARDE: Poeirão / Vila Nova Itambá / Taboca Grande/ Rio Timbozal / Vila Nova Taboquinha/ Buçuquara para Taboquinha.	KOMBI	107	2354			
7	TARDE	TARDE: Carrapatinho/ Jacamim/ Piquioira/ Cumarú/ para Curupaiti.	M. ÔNIBUS	77	1694			
8	NOITE	NOITE: Carrapatinho/Jacamim/Piquioira/Camarú/ para Curupaiti	ONIBUS	77	1694			
9	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Tauari/ Curva/ Piquioira/ Cumaru/ Curupaiti. TARDE: Tauari/ Curva/ Bastião/ Curupaiti. NOITE: Tauari/ Bastião/ Piquioira/ Curupaiti.	KOMBI	172	3784			
10	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Ramal da Fazenda Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho. TARDE: Ramal da Fazenda/Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho. NOITE: Ramal da Fazenda/Zoador Baixo/Zoador Cima/ para Carrapatinho.	ÔNIBUS	84	1848			
11	TARDE/ NOITE	TARDE: Piritoro/Br 308 NOITE: Peritorozinho/Curupaiti para Curupaiti	KOMBI	90	1980			
12	MANHÃ /INTER M/TARDE	MANHÃ: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha INTERMEDIÁRIO: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha TARDE: Ramal da Santa Terezinha para Santa Terezinha	KOMBI	90	1980			
13	TARDE	TARDE: Buçuquara/ Peritoró Grande/Outeiro para Curupaiti	ÔNIBUS	75	1650			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

14	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Sítio Ze Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/Ramal do Sapo para Tatajuba TARDE: Sítio Ze Carneiro/Sítio Xorá/Sítio Monteiro/Sítio Elias/Sítio Tita/Ramal do Sapo para Tatajuba	KOMBI	130	2860			
15	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Porto/Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho. TARDE: Porto/Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho. NOITE: Ouro/Monte Orebe/ Carapatinho	KOMBI	45	990			
16	MANHÃ /TARDE e NOITE	CARACAS / CURUPAITI	BARCO	40	880			
TOTAL				1.517	33.374			
POLO LAGUINHO								
1	NOITE	NOITE: Ita-açu / Laguinho	ÔNIBUS	26	572			
2	NOITE	NOITE: São Jose do Piria/ Laguinho	ÔNIBUS	28	616			
3	MANHÃ	MANHÃ: Firmiana/ Boca da Firmiana/ Acara/ para Laguinho.	ÔNIBUS	48	1056			
4	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Porto da Femiana/Fermiana NOITE: Porto da Femiana/Fermiana	PALIO	20	440			
5	MANHÃ	MANHÃ: Vai Quem Quer / Valentim/ Mamaú/ para Boca do Vai Quem Quer.	CELTA	24	528			
TOTAL				146	3.212			
POLO FERNANDES BELO								
1	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Ilha Grande/ para Fernandes Belo. TARDE: Ilha Grande/ para Fernandes Belo. NOITE: Ilha Grande/ para Fernandes Belo.	KOMBI	48	1056			
2	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Fernandes Belo/Açaiteua TARDE: Açaiteua/Fernandes Belo NOITE: Fernandes Belo/Laguinho	PALIO	50	1100			
3	MANHÃ	MANHÃ: Caraná de Basília para Basília.	KOMBI	18	396			
TOTAL				116	2.552			
POLO AÇAITEUA								
1	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: São Miguel/ Cumarú/ Canoa Queimada/ para Centro Alegre TARDE: São Miguel/ Cumarú/ para Centro Alegre NOITE: São Miguel/ Cumarú/ para Centro Alegre	ÔNIBUS	69	1518			
2	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre TARDE: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre NOITE: Beira mar/para Jutai/ para Centro Alegre	KOMBI	24	528			
3	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Jutai/ Centro Alegre/ Cabeceira/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua NOITE: Jutai/ Centro Alegre/ Cabeceira/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua	ÔNIBUS	52	1144			
4	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Ressaca/ Campo Poreis/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua TARDE: Ressaca/ Campo Poreis/ Boca da Cibrasa/ para Açaiteua	ÔNIBUS	38	836			
5	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Caraná de Basília - Basília/ Braço Verde / Açaiteua NOITE: Caraná de Basília / Basília/ Braço Verde / Açaiteua	ÔNIBUS	40	880			



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

6	TARDE	TARDE: Caranã de Basília / Basília.	ÔNIBUS	20	440			
7	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Poeirão /para Boca da Cibrasa. TARDE: Poeirão /para Boca da Cibrasa. NOITE: Sítio São José/ Caminho do Pau Reis/ Boca da Cibrasa/ para Açaitéua	KOMBI	42	924			
8	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Porto de Açaitéua / Dária Lima - Açaitéua. TARDE: Porto de Açaitéua / Dária Lima - Açaitéua. NOITE: Poeirão para Açaitéua	KOMBI	62	1364			
9	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Ramal do Mucura Maracana Para Boca da Cibrasa TARDE: Ramal do Mucura Para Boca da Cibrasa/Açaitéua	KOMBI	54	1188			
10	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Santo André / para Jutai. TARDE: Santo André / para Jutai.	FORD K	18	396			
11	MANHÃ E NOITE	ITAPIXUNA / AÇAITEUA	KOMBI	20	440			
TOTAL				439	9658			

POLO VILA CARDOSO

1	MANHÃ /NOITE	MANHÃ: Paca/ Aningal/ para Mariana. NOITE: Paca/ Aningal/ para Mariana.	EMBARC AÇÃO	16	352			
2	NOITE	NOITE: São José do Gurupí/ para Vila Cardoso	M. ÔNIBUS	70	1540			
3	TARDE/ NOITE	TARDE: Jibóia/ Canoa de Baixo/ Olho d'água/ Tarol/ Canoa de Cima/ Inaiquara/ Campo Alegre/ para Vila Cardoso. NOITE: Jibóia/ Canoa de Baixo/ Olho d'água/ Parada Santa Rosa/ Canoa de Cima/ Inaiquara/ Campo Alegre/ para Vila Cardoso.	ÔNIBUS	204	4488			
4	NOITE	NOITE: Mariana/Igarapé de Areia/Vila Nova/Pacu/Vila Cardoso.	ÔNIBUS	67	1474			
5	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/ Fazenda Leite Puro/ Fazenda Juruá/ para Vila Cardoso. TARDE: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/ Fazenda Juruá/ para Vila Cardoso. NOITE: Trav. Estrada Nova (Monte Horeb)/Fazenda Ouro Fino/ para Vila Cardoso.	KOMBI	96	2112			
6	MANHÃ /TARDE/ NOITE	MANHÃ: Fazenda Leite Puro/Fazenda Juruá para Vila Cardoso. TARDE: Fazenda Juruá/Fazenda Ouro Bonito/Gemedor/ para Vila Cardoso. NOITE: Fazenda Ouro Bonito/Gemedor/ para Vila Cardoso.	KOMBI	120	2640			
7	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Tarol/Campo Alegre para Vila Cardoso TARDE: Mariana/Igarapé de Areia/Vila Nova/Pacu/Vila Cardoso.	M. ÔNIBUS	97	2134			
8	NOITE	NOITE: Ramal da Mariana/ Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana.	ÔNIBUS	48	1056			
9	TARDE	TARDE: Pacu/Igarapé de Areia/Vila Nova para Mariana	ECOSPOR T	37	814			
10	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana. TARDE: Ramal da Mariana/ Pacu/ Igarapé de Areia/ Vila Nova/ para Mariana.	ÔNIBUS	96	2112			
TOTAL				851	18.722			

POLO KM 74

1	MANHÃ /TARDE	MANHÃ: KM 81 para Km 74 TARDE: KM 69/Fazenda Bom Jesus/ para Km 74	KOMBI	84	1848			
---	-----------------	---	-------	----	------	--	--	--



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2	TARDE	TARDE: Taboca / km 74/ Km 69 / Km 74	KOMBI	60	1320			
3	TARDE	TARDE: Colônia do Piquiá / São Domingo Peritoró / Ramal Bem Tiv / Trav Sapucaia / Sapucaia I	M. ÔNIBUS	85	1870			
4	TARDE	TARDE: Fazenda Citrama para Sapucaia	KOMBI	60	1320			
TOTAL				289	6.358			
POLO JAPIM								
1	NOITE	NOITE: Braço Grande/ Piriá / para Japim.	ÔNIBUS	46	1012			
2	MANHÃ / NOITE	MANHÃ: Novo Estirão / Sete Ilhas / para Japim. NOITE: Novo Estirão / Sete Ilhas / para Japim.	ÔNIBUS	48	1056			
3	NOITE	NOITE: Faveiro / Igarapé de Pedra / Braço Grande / Timbozal / para Japim.	ÔNIBUS	80	1760			
4	NOITE	NOITE: Vila Nova Piquiá / Portão do Mege / para Japim.	ÔNIBUS	40	880			
5	MANHÃ / TARDE / NOITE	MANHÃ: Ramal do Japiim / Ramal do Cristal para Timbozal. TARDE: Ramal do Japiim para Timbozal. NOITE: Ramal do Japiim para Timbozal.	KOMBI	68	1496			
6	MANHÃ	MANHÃ: Piriá / Braço Grande / para Japim	ÔNIBUS	64	1408			
7	MANHÃ	MANHÃ: Est. da Vila Nova Piquiá / para Japim	KOMBI	60	1320			
8	MANHÃ	MANHÃ: Ramal do Sete Ilhas / para Japim.	KOMBI	24	528			
9	TARDE / NOITE	TARDE: Igarapé de Pedra / Ramal do Cristal para Timbozal. NOITE: Igarapé de Pedra / Ramal do Cristal para Timbozal	M. ÔNIBUS	72	1584			
10	MANHÃ / TARDE	MANHÃ: Assentamento/ para Vila Nova Piquiá. TARDE: Assentamento/ para Vila Nova Piquiá	KOMBI	63	1386			
11	MANHÃ	MANHÃ: Pirucaua para Vila nova Piquia	KOMBI	40	880			
12	TARDE	TARDE: Ramal do Bueta/ Ramal do Nego Verissimo para Vila Nova Piquia	KOMBI	28	616			
TOTAL				633	13.926			
POLO CRISTAL								
1	MANHÃ	MANHÃ: Ramal do Pedão / Ramal do Augusto para Cristal	M. ÔNIBUS	46	1012			
2	TARDE	TARDE: Guajara Cristal/ Vila Leal/ Vila dos Silva/ Sete Barracas para Cristal	VAN	94	2068			
3	NOITE	NOITE: Guajara Cristal/ Pedão/ Vila Leal/ Vila dos Silva/ Sete Barracas para Cristal	ÔNIBUS	94	2068			
TOTAL				234	5.148			
TOTAL GERAL								



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VISEU
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ANEXO VIII
ORDEM DE SERVIÇOS

nº. ____/____

REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____

À

Empresa

--

Endereço:

--

CNPJ

Telefone/Fax

--	--

Autorizamos V.S.^a a fornecer os serviços para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Viseu – PA, adiante discriminados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital e Anexos do Pregão nº. 008/2018 PMV-PP-SRP, da Ata de Registro de Preços acima referenciada e à sua proposta de __/__/2018. - Processo nº. 008/2018- PMV

I – DO OBJETO

Item: ____ Especificações: _____

Quantidade/Unidade	Valor Unitário em R\$	Valor Total em R\$
_____	_____	_____

II - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Dotação Orçamentária: As despesas para a execução dos serviços prestados para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação decorrentes da presente ordem de serviços correrão à conta da Atividade: _____ – _____, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2018.

III – DAS DEMAIS CONDIÇÕES

As condições de recebimento dos serviços, bem como de pagamento, obedecerão ao disposto na ata de registro de preços em epígrafe.

Recebi o original desta Ordem de Serviços, ciente das condições estabelecidas.

Viseu(PA), ____ de ____ de 2018.

CONTRATADA